

BNY Mellon
Serviços
Financeiros
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral, as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, adaptadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, e relatório do auditor independente.

Risco operacional (Resolução CMN 4.557/17)

O departamento de *Risk Management*, dentre outras funções, é responsável pela criação, manutenção e disseminação de um processo de gerenciamento contínuo e integrado de risco, que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados ao Conglomerado. A estrutura de *Risk Management* é responsável por monitorar e desafiar os departamentos de negócios do BNY Mellon a reportar os eventos de risco operacional (OREs), na revisão anual do relatório de Auto Avaliação de Riscos & Controles (*Risk & Control Self Assessment - RCSA*), e por também revisar os indicadores chave de riscos (KRI's) corporativos.

A estrutura de *Risk Management* está implementada em conformidade com a Resolução CMN 4.557/17.

Gerenciamento de risco de mercado, liquidez e crédito

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é adequada à exposição da instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços do BNY Mellon no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada, por área que mantém independência com relação à mesa de operações. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação que garantem que a administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco estabelecidas.

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BNY DTVM") atua em um mercado específico, pois tem por atividade principal a administração de fundos de investimento e os riscos de mercado são mantidos em níveis aceitáveis. Não se verificou, durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, nenhuma perda resultante de flutuação de valores de mercado de posições detidas pela instituição. Adicionalmente, a exposição ao risco de liquidez foi verificada diariamente, e a instituição possui baixa exposição ao risco de crédito, seja em suas atividades fim ou na administração de seu patrimônio/caixa.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, a BNY DTVM manteve a diversificação de seus produtos e atividades desenhada inicialmente, e monitora as diversas tendências de mercado. Na ocorrência de alterações mercadológicas e decisões estratégicas que nos leve ao aumento de portfólio, a instituição encontra-se então apta a atender as exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas na Resolução CMN 4.557/17.

Gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN 4.557/17)

Em cumprimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, aos conceitos do Comitê de Basileia e às suas Políticas Corporativas, o BNY Mellon estabeleceu uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital que tem como objetivo atender aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de capital, devendo esta ser: compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição; proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos; adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

O gerenciamento de capital é realizado sob a coordenação do Diretor Financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil, sendo membro do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê Regional de Ativos e Passivos, bem como da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, conjuntamente ao Diretor Financeiro, os demais membros da Diretoria Estatutária e diversas áreas da Instituição, como Finanças, Jurídico, Auditoria Interna, Comitê Regional de Ativos e Passivos e Risco, que de forma integrada são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo.

A Diretoria é responsável por analisar relatórios gerenciais sobre a adequação do capital, aprovar e revisar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital e o plano de contingência de capital. A Diretoria deve assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura, os recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de capital de forma independente, objetiva e efetiva, e que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital, fazendo constar no relatório de acesso público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas. Adicionalmente, a Diretoria aprova a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional, a Política institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação do gerenciamento de capital. Finalmente, aprova dividendos pagos e declarados aos acionistas, assegura que o gerenciamento de capital esteja em conformidade com níveis de apetite de risco definidos na RAS (*Risk Appetite Statement*), revisa e aprova políticas e procedimentos de teste de estresse, aprovando o plano de capital e revisando a robustez do processo de avaliação da adequação de capital.

Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e o controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita.

Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados, em sua íntegra, no site <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022
A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e aos acionistas da
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras, que descreve que a Distribuidora possui demandas judiciais, incluindo causa passiva de montante superior ao seu patrimônio líquido, a qual conta com carta fiança de sua controladora final. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos J. Lopes'.

Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		<u>286.971</u>	<u>257.104</u>	Circulante		<u>51.178</u>	<u>78.966</u>
Disponibilidades	4	<u>542</u>	<u>3.144</u>	Outras obrigações		<u>51.178</u>	<u>78.966</u>
				Sociais e estatutárias	12.a	9.341	17.548
				Fiscais e previdenciárias	12.b	9.644	37.233
				Diversas	12.c	32.193	24.185
Aplicação Interfinanceira de liquidez	4	<u>68.895</u>	<u>21.703</u>				
Títulos e valores mobiliários				Passivo não circulante		<u>73.034</u>	<u>65.401</u>
Carteira própria	5	<u>174.124</u>	<u>173.188</u>	Diversas	12.c	73.034	65.401
Outros créditos		<u>43.410</u>	<u>59.069</u>				
Rendas a receber	6	27.402	29.004				
Diversos	7	16.426	30.231				
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6 / 7	(418)	(166)				
Realizável a longo prazo		<u>56.930</u>	<u>110.251</u>	Patrimônio líquido		<u>262.605</u>	<u>266.858</u>
Títulos e valores mobiliários				Capital	14	<u>225.245</u>	<u>225.245</u>
Carteira própria	5	26.860	81.655	De domiciliados no país		225.245	225.245
Outros créditos				Reservas de capital		17.024	15.927
Diversos	7	30.070	28.596	Reservas de lucros	14	26.366	26.366
Permanente		<u>42.916</u>	<u>43.870</u>	Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	5	31	29
Investimentos		<u>2.730</u>	<u>4.637</u>	Ajuste de avaliação atuarial		(839)	(709)
Participações em controladas no país	8	1.124	3.031	Prejuízo acumulado		(5.222)	-
Outros investimentos	9	1.758	1.758				
(-) Provisões para redução ao valor recuperável	9	(152)	(152)				
Imobilizado	10	<u>20.005</u>	<u>22.551</u>				
Outras imobilizações de uso		78.548	76.383				
Depreciações acumuladas		(58.543)	(53.832)				
Intangível	11	<u>20.181</u>	<u>16.682</u>				
Ativos intangíveis		33.454	28.238				
Amortizações acumuladas		(13.273)	(11.556)				
Total		<u><u>386.817</u></u>	<u><u>411.225</u></u>	Total		<u><u>386.817</u></u>	<u><u>411.225</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		14.298	3.614
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	14.298	3.614
Resultado bruto da intermediação financeira		14.298	3.614
Outras receitas (despesas) operacionais		(15.224)	22.832
Receitas de prestação de serviços	17	129.252	143.694
Despesas de pessoal	18	(82.565)	(66.931)
Outras despesas administrativas	19	(50.336)	(42.522)
Despesas tributárias		(9.950)	(10.192)
Resultado de participação em controladas	8	(1.907)	1
Outras receitas / (despesas) operacionais	20	282	(1.218)
Resultado operacional		(926)	26.446
Resultado não operacional		554	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(372)	26.446
Imposto de renda e contribuição social		(4.850)	(13.494)
Provisão para imposto de renda	13	(405)	(5.726)
Provisão para contribuição social	13	(256)	(3.528)
Ativo fiscal diferido	13.a	(4.189)	(4.240)
Lucro líquido/prejuízo dos semestres		(5.222)	12.952
Quantidade de ações	14	83.809.737	83.809.737
Lucro/prejuízo por ação		(0,06)	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido/prejuízo dos semestres	(5.222)	12.952
Resultados abrangentes		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1)	99
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	3	(39)
Variação - efeito de remensuração - Plano de benefício definido	(217)	(139)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	87	53
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>(128)</u>	<u>(26)</u>
Resultado abrangente total	<u>(5.350)</u>	<u>12.926</u>
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas controladores	(5.350)	12.926
Acionistas não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
	Capital	Outras	Legal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	225.245	15.927	5.349	21.017	(680)	-	266.858
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	2	-	2
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(130)	-	(130)
Transações de pagamento baseado em ações	-	1.097	-	-	-	-	1.097
Prejuízo no semestre	-	-	-	-	-	(5.222)	(5.222)
Saldos em 30 de junho de 2022	<u>225.245</u>	<u>17.024</u>	<u>5.349</u>	<u>21.017</u>	<u>(808)</u>	<u>(5.222)</u>	<u>262.605</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>1.097</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(128)</u>	<u>(5.222)</u>	<u>(4.253)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	225.245	14.215	4.336	1.960	(602)	-	245.154
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	60	-	60
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(86)	-	(86)
Transações de pagamento baseado em ações	-	811	-	-	-	-	811
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	12.952	12.952
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	648	-	-	(648)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>225.245</u>	<u>15.026</u>	<u>4.984</u>	<u>1.960</u>	<u>(628)</u>	<u>12.304</u>	<u>258.891</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>811</u>	<u>648</u>	<u>-</u>	<u>(26)</u>	<u>12.304</u>	<u>13.737</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido/prejuízo dos semestres antes do imposto de renda e contribuição social	(372)	26.446
Ajustes ao lucro líquido/prejuízo:	9.614	4.960
(Reversão)/ Provisão para crédito de liquidação duvidosa	252	(35)
Depreciação e amortização	6.485	4.209
Resultado de participação em controlada	1.907	1
Pagamento baseado em ações	1.097	811
Perda na alienação de ativo	1	-
Ajuste de avaliação atuarial	(130)	(86)
Ajuste a valor justo TVM	2	60
Lucro líquido/prejuízo ajustado:	9.242	31.406
Variação de ativos e passivos		
Redução em títulos e valores mobiliários	53.859	24.024
Redução em outros créditos - rendas a receber	1.602	2.469
Redução em outros créditos - diversos	19.053	6.049
(Redução) em outras obrigações	(20.817)	(6.069)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.911)	(21.508)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.028	36.371
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado de uso	(915)	(3.837)
Alienação de imobilizado de uso	10	-
Aquisição de intangível	(6.533)	(3.114)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(7.438)	(6.951)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.590	29.420
Saldo no início dos semestres	24.847	46.235
Saldo no fim dos semestres	69.437	75.655
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	44.590	29.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BNY Mellon DTVM”), subsidiária integral direta da BNY Mellon Participações Ltda., iniciou suas atividades em 1997, e assim como sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., presta serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, constituídos no Brasil e no exterior, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de administração e performance devidas pelos respectivos fundos e clubes de investimento. A BNY Mellon Participações Ltda. detém aproximadamente 100% das ações da Distribuidora, sendo que sua controladora final é o The Bank of New York Mellon Corporation (“BNY Mellon Corporation”), com sede em Nova Iorque. Em 30 de junho de 2022 e 2021 a Ativos não possuía fundos sob sua gestão.

A Distribuidora está localizada na Avenida Presidente Wilson, 231 - 11º andar, Rio de Janeiro, Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração, e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e normas e instruções do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Distribuidora levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento.

Conforme artigo 34 §4º, da resolução do BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020, as instituições financeiras devem evidenciar na apresentação das notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. Conforme definido na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Com base nesse conceito a BNY Mellon DTVM, considerou como resultado não recorrente, os seguintes itens:

- Resultados não operacionais, registrados nas rubricas 7.3 – Receitas não operacionais e 8.3 - (-) Despesas não operacionais do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif);
- Erros Operacionais;

- Provisões e despesas com contingências;
- Despesas ocasionadas pelo cenário de Covid, ou outro evento extraordinário.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 26 de agosto de 2022.

3 Base de preparação e principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Distribuidora e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, na data da apresentação das demonstrações financeiras.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Distribuidora pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data de apresentação, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Os rendimentos auferidos nesta operação estão reconhecidos e apresentados no resultado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” e “Despesas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, quando aplicável. Essas operações são consideradas equivalentes de caixa, cujos vencimentos considerando a data da efetiva aplicação são inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela administração para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria de títulos disponíveis para venda, e ajustados pelo valor justo, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido denominada “Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

g. Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

h. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa vem sendo constituída por valor considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas, sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política global do BNY Mellon Corporation para essa estimativa, que variam entre 20% (para valores vencidos entre 181 e 365 dias), 40% (para valores vencidos de 366 até 730 dias) e 100% (para valores vencidos há mais de 730 dias), podendo ser complementada se necessário.

i. Permanente

Investimentos

A participação em empresa controlada é representada, em 30 de Junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por aproximadamente 100% do capital da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Os outros investimentos, representados por participação na companhia Galgo Sistemas de Informações S.A. e cotas patrimoniais da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, estão avaliados ao custo, deduzidos da provisão para redução ao valor recuperável.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Atualmente, a taxa de depreciação aplicada para instalações, móveis e equipamentos de uso é de 10% ao ano e, para sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e de transporte é de 20% ao ano.

Intangível

O intangível é composto por *softwares* adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, sendo mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e, provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

j. Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN 3.566, de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos da Distribuidora e sua controlada exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado.

k. Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

l. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível, quando aplicável. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Distribuidora quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Distribuidora e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a Distribuidora, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Distribuidora. Um benefício econômico está disponível à Distribuidora se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Distribuidora reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido no resultado, quando aplicável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Transações de pagamento baseado em ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2011, o valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que todas as condições requeridas no plano de remuneração dos diretores e funcionários elegíveis da Distribuidora serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais, quando aplicável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Capital social

O capital social da Distribuidora é composto por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios da Distribuidora, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo no final do exercício.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável semestral excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social corrente e diferida foram calculadas à alíquota de 20% (Primeiro semestre de 2021: 15%) sobre o lucro antes do imposto de renda.

q. Lucro/prejuízo por ação

O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

r. Processo de convergências às normas internacionais

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, para fins de referência, algumas normas emitidas pelo CPC, e suas interpretações, aplicáveis as instituições financeiras, aprovadas pelo CMN, estão apresentadas a seguir:

CPC	Assunto	Resolução CMN
01 - R1	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.566/08
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
05 - R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
24	Eventos Subsequentes	3.973/11
10 - R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
33 - R1	Benefícios a Empregados	4.877/20
02 - R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
27	Ativo Imobilizado	4.535/16

O CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro foi revogado e o atual CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro ainda não foi aprovado pelo CMN.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a composição de caixa e equivalentes de caixa estão assim classificadas:

	Junho 2022	Dezembro 2021
No início do semestre	<u>24.847</u>	<u>75.655</u>
Disponibilidades	3.144	1.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	21.703	74.397
No final do semestre	<u>69.437</u>	<u>24.847</u>
Disponibilidades	542	3.144
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	68.895	21.703

(*) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo de caixa e equivalente de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada – Letras Financeiras do Tesouro Nacional (Letras do Tesouro Nacional, 31 de dezembro de 2021) que caracterizam ativos de alta liquidez e risco insignificante de mudanças de valor justo, com prazo de vencimento em até 90 dias.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários, registrados na categoria de “Disponíveis para venda” e suas respectivas faixas de vencimentos, estão assim classificados:

Títulos disponíveis para venda	Vencimento	Junho 2022			Dezembro 2021		
		Valor justo	Custo corrigido	Ganhos não realizados	Valor justo	Custo corrigido	Ganhos não realizados
Títulos de Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro (a)	Até 1 ano	174.124	174.102	22	173.188	173.183	5
	Após 1 ano	<u>26.860</u>	<u>26.832</u>	<u>28</u>	<u>81.655</u>	<u>81.610</u>	<u>45</u>
Total		<u>200.984</u>	<u>200.934</u>	<u>50</u>	<u>254.843</u>	<u>254.793</u>	<u>50</u>
Efeito tributário				<u>(19)</u>			<u>(21)</u>
Efeito líquido no patrimônio líquido				<u>31</u>			<u>29</u>

- (a) Refere-se a títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem taxas de juros pós-fixadas indexadas pela SELIC.

6 Rendas a receber

	Junho 2022	Dezembro 2021
Taxa de administração - carteiras administradas / fundos de investimento	19.852	22.972
Taxa de administração - fundos offshore	6.941	5.099
Rendas a receber - Exportação de serviços (a)	270	933
Outras receitas de prestação de serviços	<u>339</u>	<u>-</u>
Total de Rendas a receber	<u>27.402</u>	<u>29.004</u>
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (b)	(366)	(162)

- (a) Rendas a receber do The Bank of New York Mellon, empresa do grupo no exterior, referente ao suporte operacional e gerencial de prestação de serviço de Administração de fundos de investimentos e custódia internacional de clientes da América Latina, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.
- (b) A Distribuidora possui provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, que foi constituída sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política contábil do BNY Mellon Corporation, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.h.

7 Outros créditos - Diversos

	Junho 2022	Dezembro 2021
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.640	14.476
Ativo fiscal diferido (Nota Explicativa nº 13)	6.628	10.730
Adiantamentos a funcionários	3.172	621
Depósitos judiciais - COFINS exigibilidade suspensa (Nota Explicativa nº 21.a)	2.141	2.141
Depósitos judiciais – Outros	1.850	1.807
Despesas antecipadas (a)	2.298	3.132
Valores a receber - empresas do grupo no exterior (b)	734	-
Valores a receber - empresas do grupo no país (b)	1.256	897
Devedores diversos (c)	691	347
Valor a ser restituído – IOF Fundo (d)	26.079	24.648
Outros	7	28
Total	46.496	58.827
Ativo circulante	16.426	30.231
Ativo realizável a longo prazo	30.070	28.596
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (c)	(52)	(4)

- (a) O saldo em 30 de junho de 2022 refere-se, substancialmente, a seguros, licenças e suporte técnico de equipamentos cujo montante de despesa a apropriar é de R\$ 1.982 (31 de dezembro de 2021: R\$ 2.288 e contrato de fiança com montante de despesa a apropriar de R\$ 211 (31 de dezembro de 2021: R\$ 844).
- (b) Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil e no exterior, referentes ao rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas mensalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.
- (c) Valores a receber de fundos administrados pela Distribuidora, referentes a despesas pagas por conta e ordem destes fundos, de cartório, jurídico, CETIP, entre outras. A Distribuidora realiza certos pagamentos em nome dos fundos e, conseqüentemente, reconhece um contas a receber para fins de ressarcimento dessas despesas, sendo contabilizada em contas de ativo e baixadas no momento que esses valores são reembolsados. Em 30 de junho de 2022, foi constituído uma provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52 mil.
- (d) Valor a receber da Receita Federal referente à restituição de IOF de fundo sob administração.

8 Participação em controlada

	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	
	Junho de 2022	Dezembro 2021
Capital social	6.131	6.131
Quantidade de cotas	9.999	9.999
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	1.124	3.031
(Prejuízo) do semestre / Lucro do exercício (a)	(1.907)	39
Investimento - Participação na controlada	1.124	3.031
Resultado de equivalência patrimonial	(1.907)	39

A controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. fazia a gestão da carteira de alguns fundos de investimento administrados pela Distribuidora e recebia parte da taxa de administração e a taxa de performance desses fundos. Em maio de 2016, a controlada transferiu a gestão da carteira desses fundos para a Distribuidora e atualmente não possui nenhum fundo sob sua gestão.

- (a) Constituição de provisão relacionada a Contingência: A BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. (“Ativos”) é Ré juntamente com a sua controladora BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”) em ação cível na qual o autor pretende obter indenização por supostas perdas sofridas em fundo de investimento que foi gerido pela Ativos e administrado pela Distribuidora. Foi proferida sentença acolhendo os pedidos, para determinar a condenação solidária da Ativos e da Distribuidora. O recurso de apelação da Ativos e da Distribuidora foi parcialmente provido para reduzir o valor da condenação e, após, foram apresentados embargos contra a decisão do Tribunal.

9 Outros investimentos

A composição de outros investimentos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está assim apresentada:

	Junho 2022	Dezembro 2021
Títulos Patrimoniais:		
Galgo Sistema de informações S.A. (a)	1.752	1.752
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(152)	(152)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima	6	6
Total	1.606	1.606

- (a) O investimento no projeto Galgo correspondia a um condomínio, onde 14 instituições do mercado financeiro e de capitais participaram, com a finalidade de desenvolver um sistema que integre as instituições financeiras, padronizando e centralizando a transferência de informação entre as prestadoras de serviço de administração de recursos, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos, de maneira ágil e confiável.

Em dezembro de 2015 foi deliberada a constituição de uma empresa, denominada Galgo S.A., para receber e operacionalizar tal sistema, sendo definido um valor de integralização das ações definido pelo laudo de avaliação do sistema Galgo.

Em Assembleia Geral de Constituição realizada em 1º de julho de 2016 foi deliberada a constituição da sociedade Galgo Sistemas de Informações S.A., e aprovada integralização e subscrição do capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 280 para cada condômino, o qual foi integralizado pela Distribuidora em 24 de junho de 2016.

Em ato contínuo foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital social da sociedade,

o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, pelo valor apurado no laudo de avaliação do sistema Galgo, no montante de R\$ 22.083, cuja participação da Distribuidora equivale a R\$ 1.752 (6,6667%).

Em fevereiro de 2017, foi emitido um novo laudo de avaliação do Sistema Galgo e com base nessa avaliação foi reconhecido uma despesa por *impairment* no montante de R\$ 152. O método utilizado para avaliação da Galgo S.A. foi a metodologia do fluxo de caixa descontado (FCD). Essa metodologia é baseada na teoria financeira de que o valor do ativo é reflexo dos benefícios futuros (fluxo de caixa) trazido a valor presente por uma taxa de desconto.

Em fevereiro de 2019, foi divulgado através de um memorando da Administração o posicionamento da Diretoria da Galgo S.A. quanto a avaliação do indicativo de *impairment*. Assim como em 2017, o posicionamento da Diretoria é de que não há indicativo de “*impairment*” do Sistema Galgo para companhia em 31 de dezembro de 2018.

Em janeiro e agosto de 2020, foram emitidos laudos de avaliação econômico-financeira da empresa Galgo S.A, e não houve indicativo de perda ao valor recuperável do ativo.

Em abril de 2022, foi emitido um novo laudo de avaliação econômico-financeira da empresa Galgo S.A, e não houve indicativo de perda ao valor recuperável do ativo.

10 Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso, líquido das depreciações acumuladas e provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está assim apresentada:

Junho de 2022										
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferencia (+) / (-)	Custo Final	Depreciação acumulada	Depreciação semestre	Baixa	Saldo Final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	11.479	-	-	202	11.681	(10.479)	(687)	-	515
Moveis e Equipamentos	10%	7.302	-	-	-	7.302	(6.194)	(159)	-	949
Equipamentos	20%	13.207	-	(67)	765	13.905	(7.212)	(969)	57	5.781
Sistema de processamento de dados	20%	42.397	-	-	2.030	44.427	(28.748)	(2.953)	-	12.726
Veículos	20%	1.199	-	-	-	1.199	(1.199)	-	-	-
Ativo Fixo em Curso		799	915	-	(1.680)	34	-	-	-	34
Total		76.383	915	(67)	1.317	78.548	(53.832)	(4.768)	57	20.005

Dezembro de 2021										
	Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferencia (+) (+) / (-)	Custo final	Depreciação acumulada	Depreciação semestre	Baixa	Saldo final
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	10.876	-	-	603	11.479	(9.878)	(601)	-	1.000
Moveis e Equipamentos	10%	7.323	-	(21)	-	7.302	(6.026)	(214)	46	1.108
Equipamentos	20%	12.642	-	-	565	13.207	(6.249)	(963)	-	5.995
Sistema de processamento de dados	20%	34.593	-	(132)	7.936	42.397	(26.527)	(2.353)	132	13.649
Veículos	20%	1.199	-	-	-	1.199	(1.149)	(50)	-	-
Ativo Fixo em Curso		884	4.115	-	(4.200)	799	-	-	-	799
Total		67.517	4.115	(153)	4.904	76.383	(49.829)	(4.181)	178	22.551

Os valores contábeis dos ativos imobilizados da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

11 Ativo intangível

A composição do ativo intangível, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão assim apresentadas:

		Junho de 2022						
Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência (+) / (-)	Custo final	Amortização acumulada	Amortização semestre	Saldo Final
Software	28.238	-	-	(1.875)	26.363	(11.556)	(1.717)	13.090
Ativo Intangível em Curso	-	6.533	-	558	7.091	-	-	7.091
Total	28.238	6.533	-	(1.317)	33.454	(11.556)	(1.717)	20.181

		Dezembro de 2021						
Taxa a.a	Custo inicial	Adições	Baixa	Transferência (+) / (-)	Custo final	Amortização acumulada	Amortização semestre	Saldo Final
Software	16.053	-	-	12.185	28.238	(10.627)	(929)	16.682
Ativo Intangível em Curso	7.833	9.255	-	(17.088)	-	-	-	-
Total	23.886	9.255	-	(4.903)	28.238	(10.627)	(929)	16.682

Os valores contábeis dos ativos intangíveis da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

12 Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, apresentados nos balanços em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é composto pelas seguintes rubricas de contas:

a. Sociais e estatutárias

	Junho 2022	Dezembro 2021
Dividendos a pagar	193	193
Provisão para gratificações a pagar	9.148	17.355
Total	<u>9.341</u>	<u>17.548</u>
Passivo circulante	9.341	17.548
Passivo não circulante	-	-

b. Fiscais e previdenciárias

	Junho 2022	Dezembro 2021
Imposto de renda e contribuição social	661	23.816
Imposto de renda retido na fonte – Funcionários	1.241	2.344
INSS e FGTS a recolher	5.818	8.517
ISS, PIS e COFINS a recolher	1.789	2.340
Outros impostos e contribuições a recolher	135	216
Total	<u>9.644</u>	<u>37.233</u>
Passivo circulante	9.644	37.233
Passivo não circulante	-	-

c. Diversas

	Junho 2022	Dezembro 2021
Salários e encargos a pagar	20.808	12.510
Contas a pagar (a)	4.916	7.402
Valores a pagar – empresas do Grupo BNY Mellon no exterior (b)	605	128
Valores a pagar – empresas do Grupo BNY Mellon no país	3	5
Fundos encerrados e transferidos (c)	3.655	2.239
Fundos ativos (d)	127	127
Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 21)	73.034	65.401
Provisões Auditoria e Publicação	190	250
Provisão multa CVM (e)	1.867	1.503
Outras obrigações	22	21
Total	<u>105.227</u>	<u>89.586</u>
Passivo circulante	32.193	24.185
Passivo não circulante	73.034	65.401

(a) Referem-se às despesas operacionais da Distribuidora com diversos fornecedores de serviços.

- (b) Referem-se a valores a pagar para Empresas do grupo BNY Mellon referentes ao rateio de despesas do grupo que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (c) Referem-se a valores recebidos dos fundos encerrados e transferidos para que a Distribuidora possa realizar pagamentos remanescentes referentes a despesas dos fundos (auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras despesas).
- (d) Referem-se a valores recebidos, de forma antecipada, dos fundos administrados pela Distribuidora, para liquidação futura de algumas despesas dos fundos, como auditoria externa, jurídico, cartório, entre outras despesas, cujas faturas ainda não foram emitidas pelos respectivos prestadores de serviço.
- (e) Referem-se a valores provisionados para fazer face a despesas relacionadas ao atraso no envio de informações periódicas de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora, a órgãos reguladores.

13 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 podem ser resumidos da seguinte forma:

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	(372)	(372)	26.446	26.446
Participações de administradores e empregados no lucro	-	-	-	-
Lucro antes da tributação sobre o lucro	<u>(372)</u>	<u>(372)</u>	<u>26.446</u>	<u>26.446</u>
Adições permanentes	2.747	2.747	1.910	1.910
Adições temporárias	11.155	11.155	9.228	9.228
Exclusões/adições permanentes - Equivalência Patrimonial	1.907	1.907	(1)	(1)
Adições/exclusões temporárias - Participações nos lucros e gratificações	(10.973)	(10.973)	(10.798)	(10.798)
Exclusões temporárias - outros	(2.755)	(2.755)	(3.278)	(3.278)
Exclusões permanentes - outros	-	-	-	-
Lucro antes das compensações	1.709	1.709	23.507	23.507
Compensações Prejuízos Fiscais / Base Negativa	-	-	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.709	1.709	23.507	23.507
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos semestres	<u>415</u>	<u>256</u>	<u>5.867</u>	<u>3.528</u>
Deduções por incentivo fiscal	(10)	-	(141)	-
Ajuste do IRPJ e CSLL do semestre anterior	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos semestres	<u>405</u>	<u>256</u>	<u>5.726</u>	<u>3.528</u>

a. Ativo fiscal diferido

A movimentação dos ativos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre avaliação atuarial e Letras Financeiras do Tesouro, pode ser assim demonstrada:

	2022			
	Saldo em 31.12.2021	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2022
Diferenças temporárias	<u>10.240</u>	<u>4.347</u>	<u>(8.536)</u>	<u>6.051</u>
Total ativo fiscal diferido	<u>10.240</u>	<u>4.347</u>	<u>(8.536)</u>	<u>6.051</u>
Provisão para impostos diferidos (a)	<u>490</u>	<u>101</u>	<u>(14)</u>	<u>577</u>
	2021			
	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 30.06.2021
Diferenças temporárias	<u>10.352</u>	<u>4.086</u>	<u>(8.326)</u>	<u>6.112</u>
Total ativo fiscal diferido	<u>10.352</u>	<u>4.086</u>	<u>(8.326)</u>	<u>6.112</u>
Provisão para impostos diferidos (a)	<u>401</u>	<u>65</u>	<u>(52)</u>	<u>414</u>

- (a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre avaliação atuarial e Letras Financeiras do Tesouro.

Expectativa realização do ativo fiscal diferido

Contas	RS
Provisão Gratificação Funcionários (*)	3.659
Provisão Gratificação Funcionários – INSS (*)	940
Provisão Gratificação Funcionários – FGTS (*)	293
Provisão para Auditoria (*)	63
Provisão para Publicação de Balanço (*)	5
Provisões Despesas (*)	165
Provisão Serviço Consultoria (*)	262
Provisão Multa CVM (**)	705
Provisão Devedores Duvidosos (***)	166
Variação Cambial Competência (****)	<u>(207)</u>
Total	6.051

- (*) Em 1 ano
- (**) Em até 5 anos
- (***) Prazo indefinido, dependente do recebimento dos valores em atraso
- (****) Prazo indefinido, de acordo com o seu recebimento e pagamento, sofrendo impacto com a volatilidade do dólar.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2022 o capital social subscrito e integralizado está representado por 83.809.737 ações ordinárias (31 de dezembro de 2021: 83.809.737), nominativas, sem valor nominal. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a BNY Mellon Participações Ltda. detinha aproximadamente 100% das ações da Distribuidora.

b. Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com os valores referentes ao plano de pagamento baseado em ações, reconhecido a partir de dezembro de 2012 pela Distribuidora, que faz parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais do BNY Mellon Corporation.

A Distribuidora possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opções de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos e funcionários da Distribuidora no Brasil. Vide Nota Explicativa nº 15.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações estabelecidas, de acordo com o estatuto da Distribuidora.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial representa as variações líquidas acumuladas do valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até que os investimentos sejam baixados ou sofram perda por redução no valor recuperável (*impairment*) e ajustes de avaliação atuarial para o plano de previdência privada oferecido aos diretores e funcionários da companhia.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, apurado nos termos da lei. As distribuições são aprovadas em reuniões dos acionistas, quando convocadas para este fim.

15 Transação de pagamento baseado em ações

Como parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais, o BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos e funcionários da Distribuidora no Brasil.

Conforme a Resolução nº 3.989/11 do BACEN, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Distribuidora reconheceu no semestre findo em 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 1.097 (R\$ 811 em 30 de junho de 2021) no grupo de “Despesas de pessoal”. Vide Nota Explicativa nº 18.

As ações restritas são emitidas a valor justo na data de atribuição aos funcionários da Distribuidora e, geralmente, são exercíveis entre três e cinco anos a partir da data de sua emissão. Parte dessas ações é atualizada pelo valor justo de mercado na data de fechamento de cada trimestre até o momento de seu exercício. As ações não possuem direito a voto, e só podem ser vendidas por opção do empregado à BNY Mellon Corporation a um preço baseado geralmente no valor justo no momento da recompra.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foram concedidas 5.732 ações restritas do BNY Mellon Corporation ao preço unitário de exercício de US\$ 49,63 e US\$ 62,25. Em 30 de junho de 2022, o preço unitário de fechamento das ações do BNY Mellon Corporation na NYSE - New York Stock Exchange é de US\$ 41,71.

16 Receitas e despesas da intermediação financeira

Referem-se aos rendimentos auferidos, com base na taxa de remuneração, das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações compromissadas, reconhecidos no resultado na rubrica de “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os rendimentos auferidos nas aplicações em títulos e valores mobiliários no primeiro semestre de 2022 montam a R\$ 14.298 e R\$ 3.614 no semestre findo em 30 de junho 2021.

17 Receitas de prestação de serviços

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores. A Distribuidora também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

O total de recursos administrados em 30 de junho de 2022 é de R\$ 584.675.427 (R\$ 721.958.808 em 30 de junho de 2021).

Esse montante refere-se ao somatório dos patrimônios líquidos dos fundos e carteiras administrados, sem a eliminação dos seus investimentos em outros fundos ou carteiras administradas.

A composição das receitas com prestação de serviços nos semestres findos em 30 junho de 2022 e 2021 pode ser resumida da seguinte forma:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Taxa de administração de fundos de investimento	104.174	115.722
Controladoria de fundos internacionais	11.431	13.265
Taxa de administração de carteiras	3.107	3.460
Middle Office	3.580	4.656
Serviços de representação legal	1.840	2.299
Agenciamento e intermediação de títulos	243	355
Receita de Exportação de Serviços	1.227	1.017
Outros serviços	3.650	2.920
Total	129.252	143.694
Recorrente	129.252	143.694
Não recorrente	-	-

Não houve resultado não recorrente em 2022 e 2021.

18 Despesas de pessoal

	Junho de 2022	Junho de 2021
Proventos	(47.159)	(36.904)
Gratificação Funcionários	(10.088)	(9.279)
Benefícios a empregados	(9.938)	(7.403)
Encargos sociais	(19.573)	(15.848)
Despesa relacionada a plano de contribuição definida (Nota Explicativa nº 22)	(2.077)	(1.679)
Despesa relacionada a plano de benefício definido (Nota Explicativa nº 22)	(31)	(66)
Transações de pagamento baseado em ações (Nota Explicativa nº 15)	(1.097)	(811)
Outras despesas	(322)	(260)
Contrato de rateio de custos e despesas – Pessoal (Nota Explicativa nº 23)	7.720	5.319
Total	(82.565)	(66.931)
Recorrente	(82.070)	(66.539)
Não recorrente	(495)	(392)

O resultado não recorrente corresponde a despesa com ajuda de custo concedido a funcionários devido ao cenário de Covid-19 no montante de R\$ 495 mil (2021: R\$ 392).

19 Outras despesas administrativas

	Junho de 2022	Junho de 2021
Processamento de dados	(14.287)	(12.048)
Depreciação e amortização	(6.485)	(4.208)
Serviços de terceiros	(5.962)	(4.108)
Aluguéis	(2.848)	(2.546)
Serviços técnicos especializados	(7.540)	(7.411)
Provisão de despesas com honorários advocatícios	(292)	(1.026)
Comunicações	(267)	(290)
Transporte	(89)	(18)
Propaganda e publicidade	(71)	(14)
Viagens no país/exterior	(104)	-
Manutenção e conservação de bens	(1.045)	(748)
Serviços financeiros	(2.300)	(2.200)
Provisão e Despesa com Contingências e ou Processos	(7.743)	(7.449)
Provisão Multa CVM	(934)	28
Água, energia e gás	(991)	(611)
Material	(80)	(12)
Contribuições Filantrópicas	-	(5)
Promoções e Relações Públicas	(36)	(1)
Outras despesas	(730)	(1.019)
Contrato de Rateio de Custos e Despesas – Outras Desp. Adm. (Nota Explicativa nº 23)	1.468	1.164
Total	<u>(50.336)</u>	<u>(42.522)</u>
Recorrente	(42.593)	(34.892)
Não recorrente	(7.743)	(7.630)

O resultado não recorrente está composto por despesas com passivos contingentes no montante de R\$ 7.743 (2021: R\$ 7.449), e despesas extraordinárias ocasionadas pelo cenário de Covid-19: que correspondem a despesas com transporte de equipamentos de *home office* e documentos no montante de R\$ 181 em 2021.

20 Outras receitas / (despesas) operacionais

	Junho de 2022	Junho de 2021
Despesas corporativas internacionais (a)	(899)	(369)
Despesas/receitas gerais com fundos (b)	65	(267)
Resultado líquido de variação cambial	(120)	(416)
Reversão / (Provisão) para outros créditos de liquidação	(252)	35
Perda no recebimento de crédito (c)	(825)	(892)
Outras despesas operacionais	(84)	(213)
Outras receitas operacionais (d)	2.157	904
Total	<u>282</u>	<u>(1.218)</u>
Recorrente	589	(891)
Não recorrente	(307)	(327)

O resultado não recorrente está composto por despesas com erros operacionais com fundos administrados pela Distribuidora nos montantes de R\$ 307 (2021: R\$ 327).

- (a) Referem-se a despesas a pagar para Empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, referente ao rateio de despesas do grupo, reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (b) Referem-se a custos gerados pelos fundos de investimentos administrados pela Distribuidora.
- (c) Referem-se a perda no recebimento de taxa de administração e despesas administrativas de Fundos, que na avaliação da Distribuidora existe baixa expectativa de realização em função da iliquidez dos ativos integrantes nas carteiras desses fundos.
- (d) Referem-se a atualização monetária selic referente ao valor a ser restituído – IOF Fundo (Nota Explicativa nº 07) e ressarcimento de despesas.

21 Contingências

a. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela resolução do CMN nº 3.823/2009, a Distribuidora constitui provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda provável.

Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

	Junho 2022	2º semestre de 2021
Demandas Trabalhistas		
Saldo inicial	<u>17.780</u>	<u>18.134</u>
Constituição	-	-
Reversão da provisão	-	(511)
Atualização monetária	715	531
Baixa por pagamento	<u>-</u>	<u>(374)</u>
Saldo final	<u>18.495</u>	<u>17.780</u>
Demandas Fiscais		
Saldo inicial	<u>2.104</u>	<u>2.104</u>
Constituição	-	-
Reversão da provisão	-	-
Atualização monetária	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final (1)	<u>2.104</u>	<u>2.104</u>
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	<u>45.517</u>	<u>41.897</u>
Constituição	2.996	4
Reversão da Provisão	-	-
Atualização monetária	4.024	3.616
Baixa por pagamento	<u>(102)</u>	<u>-</u>
Saldo final (2) (3) (4) (5) (6)	<u>52.435</u>	<u>45.517</u>
Total das demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	<u>73.034</u>	<u>65.401</u>

- (1) A Distribuidora discute judicialmente a inconstitucionalidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e pleiteia calcular e recolher a COFINS sobre o efetivo faturamento, conforme artigo 2º da Lei Complementar nº 70/1991, afastando-se, assim, a ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Por decisão judicial, a partir de janeiro de 2010, a Distribuidora depositou judicialmente os valores controvertidos, conforme Nota Explicativa nº 7. Devido à mudança da base de cálculo trazida pela Lei nº 12.973, a partir do fato gerador de janeiro de 2016, a Distribuidora deixou de realizar o depósito judicial referente à ação judicial da COFINS, e com isso o recolhimento passou a ser feito por meio do DARF, correspondendo a 100% do valor apurado da COFINS. O caso está suspenso até o julgamento de tema paradigma pelo Supremo Tribunal Federal.
- (2) A Distribuidora é Ré em duas ações cíveis, nas quais os autores pretendem obter indenização pelas perdas sofridas em fundos de investimento administrados pela Distribuidora. Foram proferidas sentenças em ambas as ações acolhendo em parte os pedidos, para determinar a condenação solidária da gestora dos fundos e da Distribuidora. As ações encontram-se em fase recursal.
- (3) Considerando o seu papel de administrador fiduciário de fundos de investimento, a Distribuidora foi incluída como acusada em processos administrativos sancionadores instaurados por órgãos reguladores, a maioria deles discutindo o seu dever de supervisionar os demais prestadores de serviço dos fundos sob administração. Há atualmente decisão condenatória sujeita à revisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).
- (4) A Distribuidora, em seu papel de administradora fiduciária de fundos de investimento, foi incluída, junto a outras partes, em procedimento de Tomada de Contas Especial (TCE) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), tendo sido proferida decisão condenatória, posteriormente anulada por vícios processuais. Diante da referida anulação, o procedimento em questão foi reiniciado. Em paralelo, um Regime Próprio de Previdência do estado de Rondônia ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra a Distribuidora e outros Réus, tendo sido proferida sentença condenando os réus, solidariamente, ao ressarcimento de alegadas perdas em fundo de investimento sob administração, dentre outras providências. A Distribuidora apresentou recurso de apelação contra a sentença, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (5) A Distribuidora é Ré em ação cível na qual o autor pretende obter indenização por supostas perdas sofridas em fundo de investimento administrado pela Distribuidora. Foi proferida sentença acolhendo os pedidos, para determinar a condenação solidária da gestora do fundo e da Distribuidora. O recurso de apelação da Distribuidora foi desprovido, tendo sido apresentados recursos ao Tribunal Superior.
- (6) A Distribuidora é Ré em ação cível na qual o autor pretende obter indenização por supostas perdas sofridas em fundo de investimento administrado pela Distribuidora e gerido pela BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. (“Ativos”), sociedade controlada pela Distribuidora. Foi proferida sentença acolhendo os pedidos, para determinar a condenação solidária da Distribuidora e da Ativos. O recurso de apelação da Distribuidora e da Ativos foi parcialmente provido para reduzir o valor da condenação e, após, foram apresentados embargos contra a decisão do Tribunal.

b. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis – Possíveis

As contingências classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Para fins de apresentação, as informações a seguir levam em consideração as seguintes situações: b.1. Processos de maior relevância e b.2. Outros processos:

b.1 Processos de maior relevância

Postalis

Em 08.08.2014, o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (“Postalis”) ajuizou ação ordinária contra a Distribuidora e Fabrizio Dulcetti Neves (“Sr. Fabrizio”), sócio controlador da Atlântica Administradora de Recursos Ltda. (“Atlântica”), em razão de supostos prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes sofridos pelo Brasil Sovereign II Fundo de

Investimento em Dívida Externa (“Brasil Sovereign II”). Na mesma data, o Postalis solicitou liminarmente o bloqueio judicial de parte do valor do pedido.

Em 21.08.2014, o pedido liminar foi deferido, tendo sido implementado o bloqueio em 22.08.2014. O bloqueio foi posteriormente substituído por carta de fiança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco, e garantida pela controladora final da Distribuidora, para a qual são pagos trimestralmente valores relativos à comissão de fiança, conforme nota explicativa nº 23. Atualmente, aguarda-se decisão sobre a apresentação de defesa pelo Sr. Fabrizio.

Em 12.03.2015, o Postalis ajuizou outra ação cível contra a Distribuidora e contra outros Réus no Rio de Janeiro, a qual está atualmente em fase instrutória.

Em 14.12.2015, foi ajuizada uma ação, na Justiça Federal de São Paulo, pela Associação dos Profissionais dos Correios (“ADCAP”) contra a Distribuidora e outros Réus. Essa ação foi extinta sem julgamento do mérito em 20.03.2017. A ADCAP apresentou recurso contra a decisão de extinção da ação, que foi parcialmente provido em 04.08.2021, tendo sido determinado o desmembramento do processo em duas ações distintas, com a remessa do processo contra a Distribuidora para a Justiça Estadual. A referida decisão está sujeita a recursos.

Em 17.12.2015, o Postalis ajuizou duas ações cíveis no Rio de Janeiro contra a Distribuidora, relacionadas a investimentos em outros fundos sob sua administração, estando essas ações em fase instrutória.

Em 04.02.2016, o Postalis ajuizou ação cível em Brasília, alegando ter sofrido perdas em outros fundos de investimento. Essa ação foi remetida à Justiça Federal de São Paulo, por ter havido declínio de competência, tendo sido posteriormente remetida à Justiça Federal de Brasília, para reapresentação das contestações pelos Réus. A referida ação está atualmente em fase instrutória.

Em 05.04.2017, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) proferiu decisão de indisponibilidade de bens da Distribuidora no valor histórico de R\$ 556.188, no contexto de investigação relacionada ao Postalis. Em 10.04.2017, a Distribuidora impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (“STF”), tendo obtido liminar de suspensão da decisão de indisponibilidade, que foi confirmada pelo STF em decisão de mérito proferida em 05.04.2022. No âmbito do processo de tomada de contas iniciado pelo TCU, em razão da inclusão da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. (“Ativos”) no pólo passivo do processo, o TCU determinou a citação da Ativos e da Distribuidora para apresentação das suas defesas, tendo tais documentos sido apresentados na sequência. Em 25.06.2021, a Unidade Técnica do TCU recomendou a responsabilização solidária da Distribuidora e da Ativos ao ressarcimento de aproximadamente R\$ 715.654, valor calculado na referida data, além de multa. Na sequência, a Procuradoria no TCU propôs diligências adicionais, o que foi acolhido pelo TCU.

Em 12.06.2019, a Distribuidora foi citada em novo processo administrativo instaurado pelo TCU, relacionado ao Postalis, tendo sua defesa sido apresentada em 11.07.2019. Em 09.09.2020, o TCU proferiu decisão, condenando a Distribuidora e os demais Acusados, de forma solidária, ao ressarcimento de alegadas perdas sofridas em fundo de investimento sob administração, cujo valor histórico corresponde a R\$ 94.000, e cujo valor atualizado para 30.06.2022 corresponde a R\$ 256.098. Além disso, aplicou multa à Distribuidora no valor histórico de R\$ 10.000. A Distribuidora apresentou recurso administrativo contra essa decisão, o qual foi rejeitado. A decisão final do TCU está sendo questionada judicialmente.

Em 16.01.2018, o Ministério Público Federal ajuizou ação perante a Justiça Federal em São Paulo, com vistas a obter a condenação da Distribuidora por prejuízos sofridos pelo Postalis. Tal ação foi extinta, sem julgamento do mérito. O Ministério Público Federal apresentou recurso contra a decisão de extinção da ação, que foi provido, tendo sido determinado o envio do processo à 1ª instância para regular processamento. A referida decisão está sendo questionada nos Tribunais Superiores.

Em 04.10.2019, o Postalis, junto a outro fundo de pensão, apresentou pedido de instauração de arbitragem, requerendo indenização em razão de supostos prejuízos sofridos por fundo sob administração da Distribuidora e gestão da Ativos. A Distribuidora e a Ativos se opuseram a tal pedido e ajuizaram ação judicial com vistas a ver reconhecida a incompetência do Tribunal Arbitral.

Em 25.10.2019, o Postalis ajuizou ação contra a Distribuidora e a BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda. (“Alocação”), em curso perante à Justiça Estadual do Rio de Janeiro, alegando supostos prejuízos relacionados à administração e à gestão de fundo de investimento, de, no mínimo, R\$ 56.229. A Distribuidora apresentou defesa em 17.08.2020. Em 09.05.2022, foi proferida sentença, condenando a Distribuidora e a Alocação, de forma solidária, ao ressarcimento dos alegados prejuízos sofridos em montante a ser apurado em liquidação de sentença. A referida sentença está sujeita a recursos.

Em 19.06.2020, Walmir de Almeida Barreto Júnior ajuizou ação popular em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro requerendo, em relação à Distribuidora, a sua responsabilização por supostos prejuízos no valor histórico de R\$ 454.514, referentes a investimentos que teriam sido feitos pelo Postalis em fundo de investimento. A Distribuidora apresentou defesa em 15.12.2020. Os supostos prejuízos alegados contra a Distribuidora já são objeto da ação movida pelo Postalis em Brasília e de um dos processos administrativos no TCU.

Em 10.02.2021, a Distribuidora foi citada em ação cível ajuizada pelo Postalis e outro fundo de pensão na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, alegando supostos prejuízos relacionados a investimentos realizados em fundo sob administração da Distribuidora. A Distribuidora apresentou defesa em 03.05.2021. A referida ação está atualmente em fase instrutória.

Em 12.8.2021, a Distribuidora foi citada para apresentar defesa em processo administrativo instaurado pelo TCU para apurar supostos prejuízos nos investimentos do Postalis, no valor histórico de R\$ 46.880 (2011), em fundo sob sua administração. A Distribuidora apresentou defesa em 27.09.2021.

Considerando que, de uma forma geral, há pedidos ilíquidos envolvidos nessas ações, e que os processos ainda estão em fase inicial, não foi possível determinar os montantes possíveis de perda em sua maioria. Ressalte-se que, além das ações judiciais, há inquéritos e processos administrativos em curso perante a CVM e o Banco Central tratando de tais assuntos, além de investigações/ações penais.

Silverado

A Distribuidora é a administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (“Fundo Silverado”). Em 02.06.2016, o Fundo Silverado ajuizou ação contra a Distribuidora, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na condição de custodiante, e a Silverado Gestão e Investimentos Ltda., na condição de gestora, sob a alegação

de que todos teriam falhado no cumprimento de seus respectivos deveres e que, portanto, seriam solidariamente responsáveis pela indenização de supostas perdas sofridas pelo Fundo Silverado. A ação se encontra, atualmente, na fase instrutória. Em 09.06.2020, foi ajuizada ação criminal pelo Ministério Público Federal com relação aos fatos objeto da controvérsia. Em 08.06.2021, foi proferida sentença que absolveu sumariamente o representante da Distribuidora, a qual foi objeto de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal.

CEEE

Em 23.06.2016, o BNY Mellon Sul Energia FIC FIM (“Fundo Sul Energia”), cujo quotista exclusivo é a Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee (“CEEE”), ajuizou ação de indenização contra a Distribuidora, sob a alegação de que a mesma não teria cumprido os deveres inerentes à sua condição de administradora, no que diz respeito a dois investimentos realizados pelo Fundo Sul Energia. O valor histórico do pedido principal formulado é de R\$ 48.526. Em decorrência de decisão proferida em 18.03.2019, que acolheu as alegações da Distribuidora, o processo – originalmente em curso perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – foi remetido ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, onde encontra-se em curso ação conexa, ajuizada pela entidade contra os seus ex-Diretores.

IGEPREV

Em 18.06.2015, o Ministério Público do Estado de Tocantins ajuizou quatro ações contra a Distribuidora, na condição de administradora dos Fundos FI Diferencial RF LP (“Fundo Diferencial”), Adinvest Top FI RF (“Fundo Adinvest”), Totem FI RF II (“Fundo Totem”) e Vitória Régia FI RF LP (“Fundo Vitória Régia”), e contra outros Réus, sob a alegação de que todos deveriam ser solidariamente responsáveis por supostas perdas sofridas pelos referidos fundos, os quais teriam causado prejuízos ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (“IGEPREV”). O Tribunal de Justiça do Tocantins expediu ordem de bloqueio em desfavor da Distribuidora e demais Réus, tendo sido interposto recurso ao Tribunal Superior, julgado prejudicado. Aguarda-se a citação dos Réus para apresentação de contestação. Considerando que os processos ainda estão em fase inicial, não foi possível determinar os montantes possíveis de perda.

Investidor não-residente

Em 22.11.2019, foi lavrado auto de infração contra a Distribuidora, relativo à exigência de recolhimento de Imposto de Renda, que supostamente deveria ser retido na fonte pela Distribuidora, na qualidade de administradora de determinados fundos, em relação ao rendimento de cotistas qualificados como “Investidores Não-Residentes”. O valor histórico do auto de infração, incluindo juros e multa, corresponde a R\$ 118.918, na data da lavratura do auto de infração. Em 27.05.2020, foi proferida decisão pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro (RJ), dando provimento à impugnação apresentada pela Distribuidora, para determinar a exoneração integral do lançamento tributário em questão, com o cancelamento do referido auto de infração. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso de ofício.

Serpros

Em 17.8.2021, a Distribuidora foi citada para apresentar defesa em processo administrativo instaurado pelo TCU para apurar supostos prejuízos nos investimentos da Serpros, no valor histórico de R\$ 133.910 (2013/2014), em fundos sob sua administração.

b.2 Outros processos

No que se refere às demais contingências, os montantes relacionados no quadro abaixo representam a estimativa dos valores que puderam ser calculados com confiabilidade e que foram classificados como chance de perda possível, pelos assessores jurídicos da Distribuidora.

Outras contingências passivas:	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista (1)	1.277	1.277
Fiscais	-	-
Cíveis (2)	<u>31.542</u>	<u>28.075</u>
Total	<u>32.819</u>	<u>29.352</u>

- (1) Existem ainda contingências passivas de natureza trabalhista avaliadas como risco possível, cujos montantes não estão refletidos nos valores indicados acima, uma vez que não puderam ser calculados com confiabilidade. Isso se deve à iliquidez dos pedidos principais formulados e à inclusão de pedidos de indenização por danos morais, a serem arbitrados pelo Juiz.
- (2) De maneira geral, os processos de natureza cível classificados com risco possível de perda correspondem a ações judiciais em que se requer a condenação solidária da Distribuidora, junto a gestores, custodiante e demais prestadores de serviços de fundos de investimento envolvidos, a reparação de supostas perdas sofridas por investidores, sob a alegação de que teriam havido falhas na gestão e administração dos referidos fundos.

Em grande parte dos casos, requer-se que as supostas perdas sejam apuradas em fase de liquidação de sentença. Seja em razão dessa circunstância ou, ainda, da formulação de pedido de indenização por supostos danos morais em valor a ser arbitrado pelo Juízo, não é possível quantificar com precisão o valor da exposição da Distribuidora, de modo que tais processos não estão refletidos nos valores indicados acima. Além disso, em razão da natureza dos pedidos formulados, o valor das supostas perdas pode sofrer alterações no decorrer dos processos.

22 Benefícios a empregados

A Distribuidora é patrocinadora de um plano na modalidade de benefício definido, e participa com parte da contribuição mensal. Adicionalmente, a Distribuidora também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial. Em 30 de junho de 2022 e 2021, a Distribuidora detinha o plano de benefícios a empregados, nas modalidades de contribuição definida e de benefício definido. A partir de novembro de 2020, a gestão do plano de previdência na modalidade de contribuição definida passou a ser prestado pela Icatu Seguros S.A., o qual era anteriormente gerido pela Mapfre Previdência S.A.

Plano de contribuição definida

A Distribuidora concede a seus empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A. na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Distribuidora contribuiu para a previdência privada o montante de R\$ 2.077 (R\$ 1.679 em 30 de junho de 2021).

Plano de benefício definido

A Distribuidora concedia a seus empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada multipatrocinado da BRASPREV – Fundação Brascan de Previdência, na modalidade de benefício definido, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. Este benefício foi mantido para os funcionários que então haviam optado em participar do referido plano até fevereiro de 2004. Em março de 2012, a Distribuidora transferiu seu plano de benefício definido da BRASPREV para a Icatu Seguros S.A. As contribuições para esse plano totalizaram R\$ 31 e R\$ 66 nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 respectivamente.

A partir de março de 2004, a Distribuidora passou a proporcionar aos seus empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela de contribuição mensal.

Em janeiro de 2022, foi emitido pela Mercer Human Consulting Ltda., o laudo de avaliação atuarial para prover o valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021 e a estimativa atuarial de despesa para 2022 do plano de benefício definido.

A estimativa da despesa atuarial para o exercício de 2022, apurada de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695, que aprova o CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, é de R\$ 61.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo atuarial foram:

Taxa de desconto	8,89% a.a (nominal)
Crescimento salarial (a)	5,47% a.a (nominal)
Reajuste dos benefícios previdenciários	3,40% a.a (nominal)
Inflação de longo prazo	3,40% a.a (nominal)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability

- (a) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelos patrocinadores levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

23 Transações com partes relacionadas

Descrição	<u>2022</u>			Transação/ resultado
	Ativo	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Dividendos	-	193	-	-
Empresas do Grupo no país	1.392	3	-	9.188
Empresas do Grupo no exterior	<u>1.004</u>	<u>605</u>	-	<u>1.307</u>
Total	<u>2.396</u>	<u>801</u>	-	<u>10.495</u>

**BNY Mellon Serviços
Financeiros Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários S.A.**
Demonstrações financeiras em
30 de Junho de 2022 e 2021

Descrição	2021			
	Ativo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transação/ resultado
Dividendos	-	193	-	-
Empresas do Grupo no país	1.203	5	-	6.483
Empresas do Grupo no exterior	933	128	-	874
Total	2.136	326	-	7.357

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 bem como as transações que influenciaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Distribuidora e outras partes relacionadas, conforme a seguir:

Os saldos com empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, correspondem a: **i)** valores cobrados ou reembolsados relacionados a rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis, e **ii)** valores cobrados pela prestação de serviço de suporte operacional e gerencial na Administração de fundos e custódia internacional de clientes na América Latina, conforme contrato firmado entre a Distribuidora e o The Bank of New York Mellon em agosto de 2016.

De acordo com as regras do Grupo, os valores são recebidos/liquidados até o final do mês subsequente ao mês de emissão da *invoice*.

A ARX Investimentos Ltda. (“ARX”), subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, com sede em Nova Iorque, atua como gestora de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. A ARX e sua subsidiária integral BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. não integram o grupo econômico financeiro do qual a Distribuidora faz parte.

Em 7 de julho de 2015, a Distribuidora e as empresas ARX, BNY Mellon Banco S.A., BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. assinaram o contrato de rateio de custos e despesas administrativas, com o objetivo de regular o compartilhamento das estruturas administrativas e operacionais que correspondem a, dentre outros, funcionários, técnicos contratados, meios de produção, equipamentos, materiais, local físico e material de terceiros. De acordo com os termos do contrato, os custos e despesas arcados pela Parte Pagadora serão reembolsados pelas Partes Beneficiárias, por meio de cobranças mensais realizadas por meio de notas de débito emitidas pela Parte Pagadora. No semestre findo em 30 de junho de 2022, o rateio de custos e despesas administrativas impactou o resultado da Distribuidora no montante de R\$ 9.188 (R\$ 6.483 em 30 de junho de 2021).

Em 30 de junho de 2022, a Distribuidora possuía saldos a receber de R\$ 376 e R\$ 30 referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas com a ARX, e sua subsidiária BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., respectivamente (R\$ 232 e R\$ 21 em 30 de junho de 2021).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, a Distribuidora manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”), integrante do mesmo conglomerado financeiro. Em 30 de junho de 2022, a Distribuidora apresentou um saldo no montante de R\$ 136 (R\$ 306 em 31 de dezembro de 2021) no Banco, que encontra-se apresentado na rubrica “Disponibilidades” do balanço patrimonial.

O rateio de custos e despesas administrativas com o BNY Mellon Banco S.A. gerou no semestre findo em 30 de junho de 2022, saldos a pagar e a receber nos montantes de R\$ 3 e R\$ 848 (R\$ 5 e R\$ 602 em 31 de dezembro de 2021).

Controladora e parte controladora final

A controladora direta da Distribuidora é a BNY Mellon Participações Ltda. e a controladora final do Grupo é o The Bank of New York Mellon Corporation. Em 30 de junho de 2022, a Distribuidora possuía dividendos a pagar à Controladora direta no montante de R\$ 193 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora obteve carta de fiança com sua controladora final como garantia de pagamento, em caso de execução, da fiança contratada junto ao Banco Bradesco em relação à ação ordinária ajuizada pelo Instituto de Seguridade dos Correios, conforme Nota Explicativa nº 21-b. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Distribuidora pagou R\$ 957 referente à comissão de fiança para sua Controladora final (R\$ 922 em 30 de junho de 2021), registrado na rubrica “outras despesas administrativas”.

A Distribuidora, representando o fundo Schroder Latam Bonds Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado, sob sua administração, assinou contrato de custódia com o The Bank Of New York Mellon, o qual tem como objetivo a custódia de operações de corporate bonds, previstas no regulamento do fundo, registrados nas clearings Euroclear, Clearstream e DTCC e passíveis de precificação. De acordo com o contrato, o The Bank Of New York Mellon receberá remuneração (taxa) que varia de acordo com o serviço prestado, a qual é cobrada diretamente ao fundo por meio de sua conta corrente externa.

Controlada direta

Em 30 de junho de 2022 a Distribuidora possuía o montante de R\$ 2 a receber da sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda, referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021).

24 Limite operacional (acordo da basileia)

As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8% para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de *commodities*; e do preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme regras e instruções do BACEN. O Conglomerado Financeiro estava enquadrado nesse limite operacional, apresentando em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os valores de 63,20% e 63,84% respectivamente.

* * *

Patricia Avolio Furtado Alvim
Diretora

Cristiane Soares Azevedo Rodrigues
Contadora
CRC RJ-108555/O-7